

g.
JOSÉ JÚLIO CESAR



80
ALGUMAS ASPIRAÇÕES DAS BEIRAS

MEMORIAL

APRESENTADO AO

3.º CONGRESSO
bibRIA

BEIRÃO EM

AVEIRO



MAIO DE 1928

TECA
3
x
Tip. :Noticias de Viseu:



Humilde, mas devotado paladino dos Congressos regionais, não descrei ainda, como não espero descreer nunca, da sua eficácia.

Inimigo confesso do pessimismo, vendo nele e nos derrotistas o maior escalracho para asfixiar uma Patria cheia de nobilissimas tradições, que quere e ha-de continuar a viver livre e honrada, tenho no futuro uma fé ardente, e confio, com toda a serenidade, em que grandes e belos dias nos, esperam ainda. Para isso precisamos, acima de tudo, de Ordem, Trabalho e Fé.

¿Os Congressos representam aspirações, algumas das quais sómente tarde ou nunca pódem transformar-se em realidades? ¿Mas o que são essas aspirações senão verdadeira crença no futuro? ¿E o que ha de mais belo na vida que os sonhos e ideais que ansiosamente, embora muitas vezes baldadamente, pretendemos pôr em prática?

Não representam os Congressos apenas reuniões de pessoas para trocar ideias sobre assuntos de mais ou menos interesse para as suas regiões, ou para passar dias com mais ou menos satisfação.

Os Congressos devem ser, essencialmente, laboratórios de grandes ideias: retortas d'onde, pela sua análise e discussão, saía a prova de que elas pódem tornar-se em realidade, ainda quando sejam das mais audaciosas e pareçam das mais irrealizaveis; centros donde se façam irradiar principios que, por serem novos ou desconhecidos, precisam de vincar se bem no espirito dos povos, afim de lhes fazer compreender e aceitar; areopagos onde os problemas de interesse capital se tornem tão simples e tão claros que o público os possa assimilar para lhes dar o seu forte apoio, aquela solidariedade, entusiasmo e força—sem as quais os promotores e dirigentes, a que podemos chamar *elites*, nunca poderão vêr frutificar as ideias que conceberam e a que procuraram dar forma, com o único intuito de beneficiar a coletividade.



004480



BIBLIOTECA
municipal de aveiro

FUNDO
LOCAL

RECISTO N. 072038

Tendo por Aveiro e por toda a Beira litoral, o mais enternecido carinho, talvez por ter nascido naquela encosta do Caramulo donde, dos cumes das suas altaneiras enostas e das suas rendilhadas cristas, todas essas lindas e encantadoras terras se descobrem; reconhecendo a necessidade e a vantagem de os povos serranos e os da Beira Mar melhor se conhecerem e unirem, a fim de melhor cuidarem do seu futuro, até porque a própria Natureza se encarregou de os pôr em condições de mutuamente deverem valorizar-se — vejo com desvanecimento aproximarem-se e darem-se as mãos, com leal franqueza, as duas regiões a que mais quero, e que são as que, (faz bem afirma-lo sempre) — constituem o verdadeiro coração de Portugal.

Não podendo elaborar o que possa chamar-se uma tese, não só por falta de competência como por absoluta falta de tempo, limito-me a apresentar à douda apreciação dos Congressistas um memorial onde, muito resumidamente, trato de assuntos que me parece devem merecer uns minutos de atenção.

bibRIA



VIAÇÃO ACELERADA

Poisando os olhos sobre um moderno mapa do país, fácilmente se reconhece que as Beiras, abrangendo os distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco carecem, absolutamente, de vários caminhos de ferro, e que as zonas mais favorecidas hoje com eles são as situadas ao Sul do Tejo e ao Norte do Douro.

A maior parte do meu distrito, a situada entre Viseu e as linhas do Douro, Vale do Vouga e Beira Alta, com uma área de 2.300 quilómetros quadrados com uma população de uns 240.000 habitantes, com uma densidade muito superior á do país, pois deve orçar por 90 por k.²—não tem um metro de via ferrea.

E enquanto a Beira Alta não tem linhas construídas pelo Estado, o Alentejo, com uma densidade populacional de 20 habitantes por k.², tem uns 900 k. de linhas construídas por ele, como pelo Estado tem sido construídas quasi todas as linhas de Traz-dos-Montes, subsidiarias da do Douro.

Abrangendo as Beiras uma extensão de 24.000 k.², com uma população de 1.650.000 habitantes, espalhada por cêrca de 1.900 povos, têm sido bem desprezadas pelos poderes públicos, por que, sabendo-se que os seus habitantes são dos mais trabalhadores e morigerados, são, no entanto, dos mais resignados e sofredores; e por que não têm sabido unir-se para fazer valer os seus direitos, como tantos outros, têm visto relegar e desprezar pelos governos os seus problemas capitais.

E se é certo que um dos primeiros factores para avaliar da civilização dos povos é a rêde da sua viação acelerada e ordinária, bem como o seu estado de conservação e funcionamento, triste é reconhecer-se que dentre os 15 ou 16 países da Europa, que podem considerar-se mais civilizados, Portugal ocupa o 13.^o lugar em relação aos quilómetros de linhas ferreas que possuem em confronto com a sua área e população.

Isto mostra a criminosa indiferença dos governos perante os problemas de que depende o ressurgimento do país. E não tem sido menor a dos povos, essencialmente dos das Beiras, que assim têm visto desprezar aquele que mais lhes interessa, como é a viação, que constitue a maior alavanca para o seu progresso.

Deve o Congresso intervir junto do Governo para que, quer por construção directa, quer por concessões a Companhias, e algumas ha prontas a fazer-lo, sejam construidas, com a maior brevidade, as linhas seguintes:

De Arganil a Bragança, na parte que vai de Arganil a Santa Comba Dão e de Viseu a Foz-Tua;

Da Regua a Vila Franca das Naves, por Lamego, Moimenta e Trancoso, ligando a linha da Beira Alta á do Douro;

Do Entroncamento a Miranda do Côrvo, Arganil, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Vila Franca das Naves e Pocinho;

De Viseu a Mangualde e Gouveia, ligando á anterior;

De Santa Ovaia á Covilhã, através da serra da Estrela;

De Tomar pela Certã, Castelo Branco a Salvaterra do Extremo, com um ramal a Penamacôr, Sabugal e Guarda;

De Aveiro a Cantanhede; de Albergaria á Torreira; e

De Oliveira de Azemeis a Arouca.

Precisando a cidade de Viseu de ser servida por uma via larga, vota o Congresso que ao Governo seja pedida a solução deste justo desideratum, devendo os tecnicos decidir se convem mais transformar o ramal de Santa Comba Dão a Viseu em via larga; —se fazer uma linha a ligar com a da Beira Alta no ponto mais próximo, possivelmente na estação de Alfafache; —se construir a projectada e estudada de Viseu por Mangualde á estação desta vila, —ou outra que melhor possa servir os interesses da cidade, da região e do país.

Deve promover-se, ainda, o estudo duma linha que representará um alto beneficio para o Porto de Aveiro e para os povos que vai servir e dela bem carecem, a sair de Santa Comba Dão, ou de Tondela, através de freguesias dos concelhos de Tondela, Mortágua, Anadia e Agueda, contornando, quanto possivel, a parte Sul da Serra do Caramulo, passando por Boi Alvo, a ligar com a linha do Vale do Vouga em Agueda, ideia do sr. dr. Afonso de Melo que, sendo filho illustre do distrito de Aveiro, aos interesses do de Viseu, a que está ligado pelo coração, vota igualmente o mais acendrado zêlo.

Como aspiração, que em futuro talvez um pouco distante possa a tornar-se em realidade, deve vir a construir-se uma linha, quasi emrêta, para o que aproveitará o sistema cremalheira em dois troços, saíndo de Aveiro, atravessando o Caramulo, o grande e extenso vale entre esta serra e a da Estrela, galgando-a através da Covilhã até à fronteira, a entroncar aí numa linha internacional, que ficará a mais curta, a ligar o centro da Espanha com o coração de Portugal, ou seja com a nossa linda Veneza e com o mar.

Utopia? Outras maiores estão já transformadas em realidades.

VIAÇÃO ORDINARIA

Não apresento, sequer, um resumo das estradas de maior importancia a concluir ou a abrir nas Beiras. Só desejo referir-me a 4, por serem as que mais dirétamente interessam aos distritos de Aveiro e Viseu.

A antiga estrada nacional n.º 45, hoje 39, de Aveiro ao Carregal do Sal, começada a estudar antes de 1860, está por concluir na parte que vai de Tonda ao Carregal, do lado Nascente, e da Portela do Guardão à Igreja da Castanheira, do lado Poente.

Neste último troço, e para ligar a Beira Mar e a Bairrada com o Vale de Bêsteiros, através do Caramulo, faltam 23 k., dos quais 11 no distrito de Aveiro e 12 no distrito de Viseu. A não conclusão desta estrada, que ha mais de 40 anos devia estar feita, representa um dos maiores crimes dos governos, e mostra bem a indiferença com que os dirigentes políticos dos dois distritos têm olhado para os problemas que mais deviam interessa-los.

Do lado Nascente do Caramulo os 8 kilometros últimos levaram uns 40 anos a construir! A parte que vai de Agueda à Igreja da Castanheira, uns 9 k.—deve ter levado perto de 50 anos a fazer!

A' 95, de Vouzela à Portela do Guardão, a ligar com a do Carregal do Sal a Aveiro, falta-lhe construir uns 6 k. Dará ligação ao Vale do Vouga e ao de Lafões com o Vale de Bêsteiros e povos caramulanos, e destas ricas e ferteis regiões com Aveiro e Beira Mar, devendo ser das mais belas para turismo de todo o país.

Tambem a n.º 13, hoje 33, que liga Viseu com Agueda, por Vouzela e Talhadas, é de um vasto alcance, faltando-lhe construir a parte que vai de Campia, na comarca de Oliveira de Frades, às Talhadas, na de Agueda.

Finalmente, a antiga 42, hoje 32, de S. Pedro do Sul, no distrito de Viseu, a S. João da Madeira no de Aveiro, liga Viseu e o Norte de Lafões com o Norte do distrito de Aveiro e com o Porto, através do rico e belo vale de Macieira de Cambra, economisando-se no trajecto perto de 30 quilometros. Falta construir cerca de 9 quilometros, sendo 4 no distrito de Viseu, que todos devem sê-lo breve, devido a beneerencia do grande regio-

nalista sr. Comendador Bernardo de Almeida, que nas condições mais favoráveis, adianta o dinheiro para a sua conclusão.

Deve o Congresso empregar os maiores esforços para que estas estradas, de capital importancia para os distritos de Aveiro e Viseu, sobre tudo a 45 e 42, respectivamente hoje 39 e 32, sejam acabadas no mais curto praso, como é de absoluta necessidade e justiça.

bib**RIA**

ARBORISAÇÃO-CRISE VINICOLA

No relatório que precedeu o projecto de lei que em 4 de Fevereiro de 1919 apresentei no Senado, no sentido de resolver o problema da arborisação dos incultos, depois de salientar que precisavamos de cuidar, muito a sério, dos problemas economicos, de modo a produzir pão que nos bastasse, e a, por obras hydraulicas, aumentar em mais cem mil hectares, pelo menos, o terreno de produção cerealifera, afirmei, fundando-me nos calculos do abalizado professor de agronomia, Cincinato da Costa,—que a continuar-se a arborisar os nossos incultos na proporção em que isso se fez de 1904 a 1914, ou fossem 6,000 hectares, precisaríamos de 50 séculos para arborisar todos os nossos terrenos susceptíveis de o serem, e que devem orçar por tres milhões de hectares.

A-pesar-do voto da Comissão respectiva, no sentido de ser aprovado tal projecto, não foi possível consegui-lo, por o parlamento ser dissolvido poucos dias depois. E da sua aprovação nessa data teriam vindo valiosissimos resultados.

Tem sido tremendo o desbaste das nossas matas depois da guerra. E as verbas dispendidas com a arborisação, num país onde o Ministério da Agricultura só pôde gastar, pelo ultimo Orçamento, uns 20 mil contos, quando o Exército nos leva cêrca de 600 mil, são simplesmente irrisórias.

Ha nas Beiras milhares de hectares de terrenos incultos, na maior parte baldios, que precisam de ser arborisados breve, sob pena de, dentro de pouco, vêrmos as nossas serras escalvadas, sem os principais elementos que são as plantas, para fixar as terras, infiltrar as águas, valorizar as culturas e regularizar as correntes.

Num país em que no ano ultimo, a importação, essencialmente de pão e carvão, ascendeu a 5 milhões, e a exportação sómente a 1,800.000 contos, não pôde nem deve deixar de se pôr em primeiro plano, para o resolver com rapidez e energia, o grave problema economico.

Nele precisamos de fazer concentrar a atenção de todos os portuguezes, até mesmo para vêr se com um trabalho intenso, procurando dar solução ao ideal que a todos deve prevalecer, de produzir pão que nos baste,

dentro da Patria livre, se arreda de vez o problema político e destroi o virus revolucionario, sem o que não poderá haver paz e tranquillidade. E, assim, entendo que o Congresso deve resolver :

solicitar do Governo que dote os serviços florestais com a verba indispensavel para serem arborisadas, dentro do mais curto praso, a maior parte das encostas da Estrela, Monte Maro, Bussaco e Caramulo; e desta, porque do facto adveem grandes vantagens para o Porto de Aveiro e Beira litoral, os baldios das freguesias de Alcofra, Arca, Varzielas, S. João do Monte, Macieira de Alcôba, Mosteirinho, Agadão, Prestimo, Castanheira e Bela-zeima de Chão ;

que o rio Agueda se torne navegavel até à ponte da Talhada, na confluencia do Agadão com o de S. João; — e o do Alfusqueiro até ao extremo da freguesia do Prestimo.

bibRIA



CRISE VINICOLA

Atendendo a que as nossas Colonias, com uma extensão de 2.124.556 kilometros quadrados, com uma população de 9 milhões de habitantes, tem capacidade, só por si, para resolver a crise vinicola que atravessamos, deve o Congresso reclamar a diminuição de direitos de importação dos nossos vinhos na provincia de Moçambique; a facilidade de exportação para todas as outras co'onias, especialmente por meio dum grande abaixamento nos transportes, tanto nos Caminhos de Ferro como nas Companhias de Navegação, o que em vez de agravar a crise financeira a ajudará a solucionar, bem certo é que as, como estas, chamadas despesas reprodutivas, fortemente, e dentro de breve, compensarão todos os sacrificios feitos. Sobre tudo se não se consentir que, como nos dois ultimos anos, vão para o estrangeiro, pagos em ouro, 79.330 contos para pagamento de sêdas, e milhares e milhares de contos para brinquedos, automoveis de luxo e outras coisas bem dispensaveis, quantias estas que, empregadas em auxilio da lavoura, muito contribuiriam para ajudar a solucionar a grave crise que se atravessa.

E não só para as Colonias, como para o Brasil e outros países, devendo procurar manter-se os mercados antigos e conseguir outros novos, de forma a dar saída aos vinhos que produzimos, que são dos melhores do mundo, aumentando assim a exportação, como é da maior necessidade, para se equilibrar a nossa balança comercial.



CODIGO ADMINISTRATIVO E SERVIÇO BRAÇAL

Sendo um dos nossos maiores defeitos confiarmos demasiadamente no Estado Providencia, e quando dele não venha tudo o que ambicionamos, das Corporações Administrativas pretendemos que se exija logo o cumprimento do resto, quando é certo que um e outros se encontram em tais condições e num tal caos que, ainda hoje, a quasi 18 anos do 5 de Outubro, estamos sem Codigo Administrativo aprovado, com parte de 4 Codigos em vigor e com uma legislação avulsa com que ninguem se entende, o Congresso propõe :

Que se represente ao governo no sentido de ser publicado, com a maxima brevidade, um Codigo Administrativo, até por que mais convem que haja um só, embora defeituoso, que esta anarquia em legislação administrativa que só nos desgoverna; —e

que se organise o serviço braçal por forma a que em todas as freguesias, a exemplo do que se está fazendo em muitas das Beiras, se concerlem caminhos, fontes e pontes, e aibram as estradas da maior necessidade. Com ele, teem alguns povos dos distritos de Viseu e Guarda aberto, nos ultimos dois anos, muitas dezenas de quilometros de estradas e caminhos vicinaes, para tranzitos de carros e autos.

Para isso, não só o Estado como as Camaras e Juntas de Freguesia, devem procurar fazer os estudos e plantas respectivas, como um e outras, bem como professores, paracos e principais proprietários das povoações—devem orientar o povo e dirigir os trabalhos. Pela propaganda e pelo exemplo, devem contribuir para que todos dispensem, em cada ano, 5 dias de trabalho, ou os salarios correspondentes, afim de que, deatros de pouco, caminhos e estradas de Portugal mostrem que estamos num país que quere trabalhar, progredir, acompanhar a civilisação e tornar-se digno das nossas passadas épocas aureas.



I

VIAÇÃO DAS BEIRAS

II

ARBORISAÇÃO

III

bib**RIA**

CRISE VINÍCOLA

IV

CODIGO ADMINISTRATIVO

E

SERVIÇO BRAÇAL

